

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: O CONSENSO DE
WASHINGTON E A INCLUSÃO DO BRASIL NO IDEÁRIO
NEOLIBERAL**

ALCIDES JOSÉ GIACOMIN JÚNIOR

VILA VELHA
JULHO / 2020

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: O CONSENSO DE
WASHINGTON E A INCLUSÃO DO BRASIL NO IDEÁRIO
NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

ALCIDES JOSÉ GIACOMIN JÚNIOR

VILA VELHA
JULHO / 2020

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

G429j

Giacomin Júnior, Alcides José.

Justiça, direitos humanos e cidadania: o consenso de Washington e a inclusão do Brasil no ideário neoliberal / Alcides José Giacomin Júnior. – 2020.

50 f.: il.

Orientador: Danilo Roberto Pereira Santiago.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2020.

Inclui bibliografias.

1. Neoliberalismo. 2. Problemas sociais. 3. Pobreza. 4. Criminalidade urbana. I. Santiago, Danilo Roberto Pereira. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 320.513

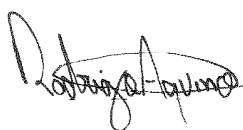
ALCIDES JOSÉ GIACOMIN JÚNIOR

JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: O CONSENSO DE WASHINGTON E A INCLUSÃO DO BRASIL NO IDEÁRIO NEOLIBERAL

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Aprovada em 17 de julho de 2020,

Banca Examinadora:



Dr. Rodrigo Leal de Queiroz Thomaz de Aquino – (UFES)



Dr. Pablo Silva Lira – (UVV)



Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago – (UVV)

Orientador

Dedico esse trabalho aos meus pais Alcides José Giacomini e Jane Andrade Giacomini (*in memoriam*), com todo meu amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida. Desejo poder ter sido merecedor do esforço dedicado por vocês em todos os aspectos, especialmente quanto à minha formação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir tantos sonhos nesta existência. Obrigado por me permitir errar, aprender e crescer, por sua eterna compreensão e tolerância, por seu infinito amor, pela sua voz “invisível” que não me permitiu desistir colocando anjos na minha vida e principalmente por ter me dado uma família tão especial, enfim obrigado por tudo.

Mais que especialmente, agradeço ao meu orientador: Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago, por ter me recebido e sempre me mostrado o caminho correto a ser seguido, de forma única, admirável e exemplar. Obrigado por acreditar em mim. Tenho certeza que não chegaria neste ponto sem o seu apoio. Você foi e está sendo muito mais que um orientador: para mim será sempre meu mestre e meu amigo. Desejo poder contribuir à ciência e ao universo acadêmico com a mesma ética e entusiasmo o qual você me transmitiu.

Agradeço à minha família, minha esposa e companheira de 23 anos, Fernanda C. Merçon Giacomini, e a minha filha amada Ana Carolina Merçon Giacomini, pela felicidade de estar com elas todos os dias, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada.

Agradeço à minha mãe Jane Andrade Giacomini (*in memoriam*), e ao meu pai Alcides José Giacomini, por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, caridade, abnegação, compreensão e perdão que vocês me dão a cada novo dia, aos quais devo tudo que sou e por me formarem a pessoa a quem sou.

Em especial, agradeço a meu irmão, Eduardo Andrade Giacomini, pelo apoio irrestrito nesta jornada, sinônimo de amor e união. Obrigado por acreditar no meu sonho e sempre me motivar a seguir em frente. É muito bom saber que posso contar com você em todos os momentos. A minha irmã querida, sempre pronta a me apoiar em tudo nesta vida.

Por fim, obrigado a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Apresentação do tema e do problema.....	13
1.1.1. Objetivos.....	15
2. METODOLOGIA.....	16
3. DESENVOLVIMENTO.....	17
3.1. Antecedente histórico do Neoliberalismo: o Estado do bem estar social.....	17
3.2. Os direitos sociais e a sua evolução histórica em terras brasileiras.....	18
3.3. Apogeu e crise do Estado do bem-estar social na Europa.....	21
3.4. Crise e desmonte do Estado do bem-estar social: início e apogeu do neoliberalismo	21
3.5. O Estado neoliberal e suas características.....	23
3.6. O Consenso de Washington e suas recomendações aos países latinos americanos...	25
3.7. A crise da dívida externa brasileira nos anos 80 e o plano Brady: fatos antecedentes a entrada do Brasil no neoliberalismo.....	27
3.8. O aumento das diferenças sociais no Brasil pós entrada no ideário neoliberal.....	31
3.9. O agravamento da violência brasileira pós consenso de Washington, um recorte espacial e estatístico na região metropolitana da cidade de Vitória/ES.....	39
4. CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS.....	47

RESUMO

GIACOMIN JÚNIOR, Alcides José, M. Sc, Universidade Vila Velha – ES, julho de 2020. **JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: O CONSENSO DE WASHINGTON E A INCLUSÃO DO BRASIL NO IDEÁRIO NEOLIBERAL.** Orientador: Danilo Roberto Pereira Santiago.

A presente dissertação versa sobre as consequências da inclusão do Brasil no ideário neoliberal, tendo como ponto de partida o Consenso de Washington. Neste sentido, abordou-se inicialmente o estado do bem estar-social, conceituou-se o estado neoliberal e suas características, contextualizou-se o que foi o consenso de Washington e problematizou-se quais foram as principais consequências negativas para o Brasil a partir de sua inclusão no ideário neoliberal. No que concerne ao campo da pesquisa social, o estudo realizado apontou no sentido de um aumento exponencial da pobreza e da desigualdade social no Brasil, pós consenso, estando estas ocorrências relacionadas à redução, pelo Estado brasileiro, de suas políticas sociais. No que tange ao campo da segurança pública, problematizou-se a existência de uma relação de causalidade, entre o aumento da pobreza e da desigualdade pós consenso, com o aumento da violência e da criminalidade, sendo este, o objeto de estudo dessa dissertação. Para chegar a respostas dessas perguntas, foi feito um recorte espacial na realidade da violência e da criminalidade urbana, na região metropolitana da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, trazendo-se dados estatísticos para tanto, que comprovassem a hipótese formulada. No que tange a metodologia, foi empregada uma ampla revisão literária, e foram utilizadas fontes de pesquisas acadêmicas, com dados estatísticos sobre a região estudada, que comprovaram, em parte, a existência da relação de causa e efeito pesquisada. Ao final, concluiu-se como negativa a adoção pelo Estado brasileiro da agenda neoliberal, verificando-se estatisticamente um aumento significativo da desigualdade social, bem como da criminalidade, após sua adoção, dentro do período pesquisado. Concluiu-se também que esta relação de causa e efeito, não é o único fator corroborante do aumento da criminalidade observado durante o período de estudo, haja vista o caráter multifatorial do crime.

Palavras chaves: Neoliberalismo; Problemas sociais; Pobreza; Aumento da criminalidade.

ABSTRACT

GIACOMIN JÚNIOR, Alcides José, M.Sc, University of Vila Velha – ES. July de 2020.
JUSTICE, HUMAN RIGHTS AND CITIZENSHIP: THE WASHINGTON CONSENSUS AND THE INCLUSION OF BRAZIL IN THE NEOLIBERAL IDEARIUM. Advisor: Danilo Roberto Pereira Santiago.

The dissertation deals with the consequences of the inclusion of Brazil in the neoliberal ideology, having as starting point the Washington Consensus. The state of social well-being was approached, the neoliberal state and its characteristics were conceptualized, the Washington consensus was contextualized and it was discussed what were the main negative consequences for Brazil from its inclusion in the neoliberal ideology. Regarding the social field, the researches pointed towards an exponential increase in poverty and social inequality, these occurrences being related to the reduction, by the Brazilian State, of its social policies. With regard to the field of public security, the existence of a causal relationship between the increase in poverty and inequality after consensus, with the increase in crime, was problematized, which is the object of study of this dissertation. In order to arrive at answers to these questions, a spatial cut was made in the reality of urban violence, in the metropolitan region of the city of Vitória, in the State of Espírito Santo, bringing statistical data for that, to prove the hypothesis formulated. Regarding the methodology, a wide literary review was used, and sources of academic research were used, with statistical data on the region studied, which partially proved the researched cause and effect relationship. In the end, the adoption by the Brazilian State of the neo-liberal agenda was concluded as negative, with a significant increase in crime, after its adoption, within the researched period. It was also concluded that this cause and effect relationship is not the only factor supporting the increase in crime observed during the study period, given the multifactorial nature of the crime.

Keywords: Neoliberalism; Social problems, Poverty; increased crime.

1. INTRODUÇÃO

Ocorrido em novembro de 1989 e tendo como local de realização a cidade de Washington, distrito de Columbia, Estados Unidos da América, o consenso de Washington foi o resultado, ou seja, o consenso de uma reunião informal levada a cabo por funcionários do governo dos Estados Unidos da América, e por funcionários de organismos financeiros internacionais de alcance mundial, especializados em assuntos latino-americanos tais como: o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, bem como teve como participantes os membros dos governos dos países latino-americanos e economistas destes países e teve como objetivo principal proceder a uma avaliação das reformas econômicas até então empreendidas nos países latino-americanos.

Avaliou-se também no consenso, a implementação pelos países da América Latina de tais políticas neoliberais e seus respectivos ajustes econômicos pautados na cartilha neoliberal, tendo tais recomendações neste sentido sido feitas pelos Estados Unidos e pelos organismos internacionais de cooperação financeira. O consenso foi uma reunião de caráter acadêmico, informal, deliberativo, porém não vinculativo, haja vista obviamente a questão da soberania nacional de todos os países participantes.

Em apertada síntese, a conclusão deste encontro foi à certeza de que os países latino-americanos, com exceção, naquele momento do Peru e do Brasil, porém passariam a adotar tais posturas posteriormente, iriam continuar implementando, ou passariam a implementar e concretizar as propostas neoliberais recomendadas pelos Estados Unidos da América e pelos organismos internacionais de cooperação financeira, sendo mister ressaltar, que tais medidas de cunho neoliberal, em que pese serem um receituário para tirar estes países do atraso econômico, já estavam sendo implementadas por estes países anteriormente ao consenso, sendo que o consenso somente registrou e confirmou informalmente o grau de efetivação, por cada país, da adoção destas políticas. É mister ressaltar, que no caso endêmico brasileiro, a sua entrada no ideário neoliberal foi posterior ao consenso de Washington, cuja reunião é datada de 1989, tendo começado efetivamente durante o governo de Fernando Collor de Melo, no qual foram tomadas as primeiras medidas de cunho neoliberal, tais como: as primeiras privatizações e a abertura do mercado brasileiro a investimentos

estrangeiros, porém, foi só nos governos de Fernando Henrique Cardoso, que realmente as políticas neoliberais foram realmente implementadas no Brasil (FILGUEIRAS, 2003). No início dos anos 1990, o Brasil, tendo à frente o Governo de Fernando Collor de Mello, foi o último país da América Latina a aderir e implementar o projeto político-econômico neoliberal, sistematizado doutrinariamente em 1989, de forma inequívoca, pelo chamado “Consenso de Washington”. Com a deposição constitucional desse governo em 1992, e sua substituição pelo Governo Itamar Franco, o ritmo de implantação desse projeto diminuiu durante o período 1993/1994, sendo retomado posteriormente com toda a força, e amplamente executado, pelos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002).

Assim, conclui-se que as propostas neoliberais adotadas pelos países latino-americanos a partir do consenso tiveram endemicamente um bom solo para germinarem, haja vista a contínua contribuição por parte dos economistas destes países acima citados, os quais prepararam o terreno, adubando-o com pontuais doutrinamentos teóricos direcionando internamente seus governos para aceitarem placidamente a imposição do receituário neoliberal.

No caso do Brasil, Batista (1994) também conclui que a esta visão acadêmica e governamental, juntou-se o apoio dado pela elite-burguesa-empresarial e latifundiária local que enxergava que a crise econômica que assolava a América latina nos anos 80 era derivada não de problemas externos, tais como a crise do petróleo, ou a alta da taxa de juros da dívida externa, mas devia-se a fatores internos tais como, a adoção por estes países de uma política econômica nacionalista, dentre outras causas.

É de bom alvitre ressaltar, dentro de um viés crítico, que na verdade estas recomendações advindas do consenso foram por nós adotadas em troca da redução das taxas de juros da nossa dívida externa, permitindo assim que o Brasil pagasse sua dívida, porém a um custo social altíssimo, sendo forçoso concluir também que o Brasil não tinha outra saída à época, a não ser adotar as medidas de cunho neoliberal, sob pena de ficar isolado na economia mundial, sem poder contar com empréstimos internacionais dos organismos supracitados. Faz-se necessário então concluir em crítica severa sobre a questão, que tudo não se tratou na verdade de uma grande coação praticada pelos Estados Centrais em cima dos Estados periféricos, ou seja,

dos Estados Unidos da América sobre os países latino-americanos, numa clara releitura do “manda quem pode obedece quem tem juízo”.

O objetivo delineado desde o nascedouro deste trabalho foi, não só contextualizar ontologicamente o que foi o consenso de Washington, o que já foi um pouco abordado nesta introdução e que será mais aprofundamente abordado no item 2.6, más principalmente, através de uma ampla revisão bibliográfica: analisar, dissertar e problematizar, dentro de um viés crítico, sobre as consequências negativas que adviram para o Brasil, com um recorte espacial na região metropolitana de Vitória no Espírito Santo, durante o período objeto da pesquisa, tanto no campo social quanto no campo da segurança pública, a partir de sua inclusão no ideário neoliberal, haja vista o abandono drástico das políticas sociais praticadas pelos governos neoliberais, que se seguiram após o consenso.

Disserta-se neste trabalho, pois também faz parte de seu escopo, falar de modo amplo, em momento próprio, acerca do fenômeno do neoliberalismo, analisando-se: sua gênese, suas características e a sua implementação definitiva no mundo, o que deu-se nos anos 1980-1990, como modelo econômico adotado hegemonicamente, primeiro pela Europa e Estados Unidos da América, até a sua implementação forçada nos países latino-americanos, através do consenso de Washington e finalmente, em sede de considerações finais, conclui-se que a entrada do Brasil no ideário neoliberal, com a redução drástica dos gastos na área social praticada durante os governos neoliberais, realmente agravou exponencialmente os problemas sociais e de segurança pública, os quais eram e ainda são endêmicos da sociedade brasileira, tais como: aumento da pobreza e da criminalidade.

Finalizando, no desenvolver da dissertação, para melhor entendimento do tema, traçou-se uma linha histórica cronológica, desde o nascedouro do estado do bem-estar social até sua passagem forçada para o modelo neoliberal, o que se deu nos anos 1980-1990 nos Estados Unidos da América e na Europa e posteriormente na América do Sul, incluindo o Brasil, com a implementação das políticas neoliberais, via consenso de Washington. Conceituou-se o Estado neoliberal, bem como analisou-se as suas principais características. Em dois momentos específicos, cuidou-se de analisar, problematizar e dissertar sobre o agravamento exponencial dos problemas sociais e de segurança pública no Brasil, como o aumento da pobreza e da

desigualdade social e o aumento da criminalidade, e se estes aumentos, que ocorreram durante o período objeto da pesquisa, foram corolários lógicos da entrada do Brasil no ideário neoliberal, sendo que ao final isto foi concluído em parte, tendo sido feito para tanto, um recorte espacial no estudo da criminalidade urbana da região metropolitana de Vitória-ES, corroborada por dados estatísticos. Em sede de considerações finais, chegou-se à conclusão da negatividade e perniciosidade, no que concerne aos seus efeitos, que a adoção do modelo neoliberal pelo Brasil, via consenso de Washington, causou aos extratos sociais mais pobres da população brasileira durante o período objeto da pesquisa, em especial pelo aumento da pobreza e da criminalidade, lembrando apenas de que estes aumentos, não tem como única razão a adoção do ideário neoliberal, haja vista o caráter multifatorial do crime.

No que concerne à metodologia adotada nesta dissertação, foi empregada uma ampla revisão bibliográfica na literatura pertinente ao tema, bem como foram utilizadas fontes de pesquisa acadêmicas, com a utilização de gráficos e levantamento de dados estatísticos sobre a realidade da violência na região metropolitana da cidade de Vitória no Espírito Santo nos últimos anos, os quais comprovaram, em parte, a relação de causa e efeito proposta, ou seja, comprovaram, apesar de não ser a única razão, de que o aumento da pobreza e da violência e da criminalidade verificados no Brasil, com um recorte espacial na região metropolitana da cidade de Vitória, deu-se também em razão da redução drástica nas políticas sociais, motivadas pela adoção do neoliberalismo.

1.1 Apresentação do tema e do problema.

Esta dissertação de mestrado fez parte de um dos projetos do Grupo de Pesquisa em Segurança Pública da Universidade Vila Velha. Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, coordenado pelo professor Danilo Roberto Pereira Santiago, docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UVV.

O interesse acadêmico pelo tema em questão surgiu em virtude de minha experiência como docente nas cátedras de ciência política e Teoria Geral do Estado, disciplinas as quais lecionei para os discentes dos 01º e 2º períodos do curso de direito de 2008 a 2014, nas Faculdades Facastelo e Unes, respectivamente nas cidades de Castelo e Cachoeiro do Itapemirim no Estado do Espírito Santo, disciplinas

estas, donde, via de regra, estudam-se os modelos econômicos adotados pelos Estados Nações, dentre os quais se destaca o modelo neoliberal, sendo que a pesquisa objetivou investigar e comprovar eventuais imbricações entre a adoção pelo Brasil do neoliberalismo e o aumento da pobreza e da criminalidade, pós consenso de Washington.

Essa pesquisa foi realizada através de ampla análise retrospectiva da bibliografia pertinente ao tema, qual seja: o neoliberalismo e o Consenso de Washington. Analisou-se e conceituou-se o fenômeno do neoliberalismo, dissertando sobre suas características, e problematizou-se, se a inclusão do Brasil na agenda neoliberal, fato que se deu através do consenso de Washington, trouxe eventuais consequências sociais negativas para o país, em virtude desta inclusão, tais como: aumento significativo da desigualdade social e da criminalidade, como corolário lógico do aumento do primeiro fator. Foram analisadas a gênese do modelo neoliberal, sua adoção nas democracias ocidentais no último quartel do século XX, como um modelo econômico substitutivo do estado do bem estar social, a inclusão, forçada ou não, do Brasil em seu ideário, via consenso de Washington e finalmente, em capítulos específicos, foram analisadas e confirmadas por dados estatísticos, a ocorrência das consequências negativas para o Brasil e para o Estado do Espírito Santo, no campo social, e no campo da Segurança Pública em virtude da adoção deste modelo, verificando-se realmente um aumento exponencial da criminalidade pós consenso.

Nesse sentido, em termos de relevância para a sociedade brasileira e capixaba como um todo, esta dissertação teve o escopo de contribuir, sem obviamente querer, nem poderia mesmo querer esgotar o tema, más de contribuir um pouco, como um substrato acadêmico para o aperfeiçoamento das políticas sociais estatais brasileiras, teve o escopo de servir de um alerta, que através de um estudo analítico, estatístico e crítico demonstra-se a perniciosidade das políticas neoliberais e das consequências negativas que a adoção plena, deste modelo econômico traz em seu bojo, tendo como o viés principal, a questão da Segurança pública.

1.1.1. Objetivos gerais e específicos:

Objetivos gerais: A presente dissertação tem como objetivos gerais, num primeiro momento abordar o fenômeno do neoliberalismo, analisando-se: sua gênese, suas características, sua implementação no mundo como um modelo econômico substitutivo do estado do bem estar social, até a sua implementação forçada nos países latino-americanos e no Brasil, através do Consenso de Washington. Tem por escopo também dissertar especificamente acerca do Consenso, o que ontologicamente foi o mesmo, quais foram as diretrizes econômicas adotadas nesta reunião e impostas aos países latino-americanos e ao Brasil especificamente. Objetiva-se também verificar quais foram as medidas neoliberais adotadas pelos governos brasileiros, pós consenso, e sua implementação principalmente nos dois governos de Fernando H. Cardoso e o impacto que a adoção destas medidas causou a sociedade brasileira, principalmente aos extratos mais pobres da população.

Objetivos específicos: A presente dissertação tem como objetivos específicos precipuamente levantar a hipótese da existência de uma relação de causalidade, entre a adoção das medidas neoliberais, adotadas e implementadas principalmente nos dois governos de Fernando H. Cardoso e o aumento da pobreza e da desigualdade social observadas durante o período, correlacionando com o aumento da violência e da criminalidade.

2-METODOLOGIA

MÉTODO: A metodologia utilizada para fundamentar a presente dissertação foi aplicada em dois momentos distintos: Primeiramente foi caracterizada por um amplo processo de pesquisa sobre o tema proposto: o neoliberalismo, suas origens, suas características, e o processo de inclusão do Brasil no ideário neoliberal, o que se deu pelo Consenso de Washington, sendo que para tanto, nesta primeira fase da pesquisa foi empregada uma ampla revisão bibliográfica na literatura pertinente ao tema, bem como foram utilizadas fontes de pesquisa acadêmicas tais como : artigos científicos pesquisados no google acadêmico e uma vasta pesquisa literária em diversas obras bibliográficas sobre o assunto pesquisado, para fundamentar o campo teórico do trabalho. Na segunda fase do trabalho, que consistiu na tentativa de traçar uma correlação de causa e efeito entre a entrada do Brasil no ideário neoliberal, através do Consenso de Washington e o aumento da pobreza, da desigualdade social, e o aumento da criminalidade, como decorrências observáveis, pelo menos em parte, da inclusão do Brasil no neoliberalismo, sendo está a hipótese formulada e o objetivo do presente estudo, para atingir este objetivo proposto inicialmente, qual seja, a tentativa de comprovação, pelo menos em parte, da hipótese formulada foi empregada a seguinte metodologia: Foram estudadas e utilizadas também fontes de pesquisa acadêmicas, tais como: artigos científicos e dissertações pertinentes ao objeto de estudo. Foram buscados e levantados dados estatísticos sobre o aumento da pobreza e da desigualdade social no período objeto da pesquisa, bem como foram buscados e levantados dados estatísticos sobre o aumento da violência e da criminalidade no mesmo período, com utilização de tabelas e gráficos, com um recorte espacial sobre a realidade da violência e da criminalidade na região metropolitana da cidade de Vitória no Espírito Santo.

2. DESENVOLVIMENTO

3.1 Antecedente histórico do neoliberalismo: o estado do bem-estar social

Antes de adentrar especificamente no estudo do modelo de estado neoliberal e no consenso de Washington, faz-se necessária uma breve digressão sobre estado do bem-estar social, haja vista ser este modelo de estado um antecedente histórico e de preexistência lógica e necessária, na maioria dos casos, ao modelo do estado neoliberal, podendo-se dizer inclusive, que o Brasil vivenciou um autêntico estado de bem estar social até a revolução de 1964, quando ocorreu a entrada dos militares no poder, onde predominou, durante todo o período de ditadura militar, uma doutrina econômica centralizada com forte dirigismo estatal, com quase total estatização da economia.

O welfare state ou estado do bem-estar social caracteriza-se por ser um modelo de estado do tipo assistencial e que tem por premissas básicas garantir a seus cidadãos o acesso aos chamados direitos sociais ou de 2ª geração, tais como: direito à saúde, à educação, à moradia, à previdência social, dentre outros. É mister esclarecer, que contrariamente ao modelo de estado liberal do ¹“laissez faire, laissez passer”, o welfare state, ou estado do bem estar social, caracteriza-se também por ser um modelo de estado que intervém razoavelmente na economia, porém intervém para regular a relação “capital versus trabalho”, tendo por finalidade regular e fiscalizar o mercado, assim atenuando de certa forma as discrepâncias do chamado capitalismo “selvagem”, criando uma verdadeira “rede de proteção social” para os cidadãos a margem da cadeia produtiva, porém, deve-se ressaltar, que a característica visceral deste modelo de estado, e nisto ele se difere dos demais modelos, é o fato de que os países que o adotaram terem positivado em suas cartas magnas e isto é uma realidade, realmente os positivaram, os chamados direitos sociais ou de 2ª geração. São chamados de direitos sociais ou de 2ª geração os elencados no artigo 6º do título II da CF88., assim dispondo: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência, a proteção a

¹ Expressão cunhada pelo economista e filósofo inglês John Stuart Mill Em Princípios de Economia Política, publicado em 1848.

maternidade, a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988, art. 1º III).

Ressalte-se que tais direitos de 2ª geração, os chamados direitos sociais, foram efetivados nos países cristãos ocidentais, dentro de uma ordem cronológica de acontecimentos históricos e foram implementados em sua maioria no pós-revolução industrial, como uma tentativa desesperada dos países capitalistas de evitarem, como de fato evitaram a eclosão de revoluções comunistas em suas nações. Contribuiu para tanto a encíclica ²Rerum Novarum, na qual a igreja Católica Apostólica Romana, na época capitaneada pelo Papa Leão XIII apoiou a classe trabalhadora em seus anseios sociais e trabalhistas. São exemplos de constituições que implementaram em suas cartas constitucionais tais direitos sociais: A constituição de Weimar, Alemanha-1919, bem como a constituição Mexicana de 1910. Concluindo, a elite burguesa para não sucumbir ao socialismo teve que positivar tais direitos em suas constituições, numa clara postura do “é dando o dedo que se preservam os anéis”.

3.2. Os direitos sociais e a sua evolução histórica em terras brasileiras

Fazendo-se uma exegese do conceito de cidadania, entende-se por cidadão aquela pessoa que está em gozo pleno, ou seja, exerce plenamente seus direitos: civis, políticos e sociais. Nesta seara, é oportuno fazer uma pequena digressão histórica da evolução dos direitos sociais em terras brasileiras.

No início do século XX, grande parte da população brasileira vivia a margem do gozo efetivo dos direitos civis e políticos, entendendo-se os direitos civis e políticos como aqueles chamados direitos de primeira geração ou de primeira dimensão, ou seja, são aqueles que impõem limitações de agir ao Estado para não ingerir, não entrar arbitrariamente na esfera individual do cidadão, tais como: direito de propriedade, direito a vida, a integridade física, dentre outros. Assim sendo, com direitos civis e políticos, (direitos de 1ª geração), tão precariamente positivados e pouquíssimo implementados, não havia o que se falar, nesta época, da positivação e implementação de direitos sociais, (direitos de 2ª geração), no Brasil.

² Das Coisas Novas é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891.

Diga-se de passagem, que nesta época, a assistência social, a qual faz parte do rol dos direitos sociais na constituição do Brasil, ficava a cargo de associações particulares, de irmandades religiosas que remontavam ao tempo da Brasil colônia, as quais ofertavam aos cidadãos brasileiros: tratamentos de saúde, auxílio funerários dentre outros auxílios, devendo-se ressaltar que estas associações funcionavam de modo contratual mediante contribuições mensais de seus membros. A estas entidades agregava-se o trabalho das Santas Casas de misericórdia, instituição católica presente na sociedade até os dias atuais e que prestavam auxílio médico e social aos pobres. Nesta época vigorava no Brasil uma ortodoxia liberal, um verdadeiro liberalismo econômico, não cabendo ao Estado promover assistência social, nem nenhuma outra espécie de direito social.

Fazendo uma leitura do que ocorria no Brasil da época (CARVALHO, 2001, p. 64).

Em 1881, um biólogo francês que ensinava no Rio de Janeiro, Luis Couty publicou um livro intitulado: “O Brasil não tem povo”. Dos 12 milhões de habitantes existentes à época, ele separava em um extremo, 2 milhões e meio de índios e escravos, que classificava como excluídos da sociedade política. No outro extremo, colocava 200 mil proprietários e profissionais liberais que constituíam a classe dirigente. No meio ficavam 6 milhões que, segundo ele: nascem, vegetam e morrem, sem ter servido ao país. Em outra passagem, em 1925 o deputado Gilberto Amado, fez um discurso na Câmara que, sem citar Couty, repetia a análise, atualizando os dados. Este importante político e pensador dizia que, de acordo com os dados do censo de 1920, em 30 milhões de habitantes, apenas 24% sabiam ler e escrever. Os adultos masculinos alfabetizados, isto é, os que tinham direito a voto, não passariam de um milhão (CARVALHO, 2001, p. 65).

No que tange aos direitos sociais, esta via de regra, avançaram um pouco em sua positivação e implementação durante a ditadura Vargas, tendo o mesmo sido rotulado como o “pai dos pobres”. Se o avanço dos direitos políticos após o movimento de 1930 foi limitado e sujeito a sérios recuos, o mesmo não se deu com os direitos sociais. Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder em 1930 dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social, tendo uma vasta legislação sido promulgada, culminando na consolidação das Leis do trabalho (CLT) de 1943. A

CLT introduzida em pleno Estado Novo teve longa duração: resistiu a democratização de 1945 e ainda permanece até hoje com poucas modificações de fundo (CARVALHO, 2001, p. 110).

Assim, pode-se dizer que o Brasil vivenciou, a partir da era Vargas, um autêntico estado do bem estar social, com forte intervenção estatal social em sua história, no sentido de regular a relação capital versus trabalho, intervindo favoravelmente ao hipossuficiente de modo a tentar equilibrar esta balança extremamente desigual. Os momentos em que se deram as implementações de direitos trabalhistas e previdenciários foram principalmente a era Vargas com a implementação e positivação de direitos trabalhistas e previdenciários, (CLT–consolidação das leis trabalhistas) bem como no período da ditadura de 1964 a 1985.

A partir da entrada dos governos militares, após a revolução de 1964, vivenciou-se no Brasil um período de forte dirigismo estatal na economia, marcado por um intervencionismo governamental presente principalmente na área de infraestrutura econômica, com a construção das chamadas obras “faraônicas” tais como hidroelétricas, usinas nucleares, dentre outros exemplos. É de se ressaltar também, que ocorreu durante o período da ditadura militar um processo de estatização de diversos setores da economia, com a criação de diversas empresas estatais, tais como: Telebrás, Eletrobrás, dentre outras.

Com a redemocratização do Brasil, “a chamada nova república”, expressão cunhada para referir-se ao Brasil pós constituição de 1988, deve-se ressaltar que esta “magna carta” teve e ainda tem um forte cunho social, e que visava, pelo menos no papel a construção de um verdadeiro estado do bem estar social, tendo a mesma positivado, como de fato positivou incontáveis direitos individuais, sociais e coletivos, positivando alguns já existentes e criando outros, porém ao adotar a cartilha neoliberal, o Estado brasileiro traiu a sua própria constituição, sendo mister salientar, a bem da verdade, de que a entrada do Brasil para o ideário neoliberal não foi por opção, sendo-lhe imposta pelos países centrais, leia-se Estados Unidos da América, pela via consenso de Washington. Assim, pode-se dizer que somos um Estado do bem estar social, no papel, e um Estado neoliberal na prática.

3.3 Apogeu e crise do Estado do bem-estar na Europa

O modelo de estado do bem-estar social teve sua vigência temporal e espacial dos anos de 1930 a 1970, principalmente, porém, más não somente na Europa. Após o início do conflito chamado de guerra fria, a partir de 1950 e sua disputa no campo ideológico entre os Estados Unidos da América, (EUA), de economia capitalista baseada na livre iniciativa, versus a União das Republicas Socialistas Soviéticas, (URSS), de economia planificada de ideologia comunista, surgiu nesta época uma terceira via, (o Estado do bem-estar social) o qual já estava sendo semeado seu modelo de gestão na Europa. É mister salientar que na época, este modelo de Estado, seu modo de gestão deu frutos e foi aplicado em diversos países europeus tais como: Inglaterra, Grécia, Suécia, Dinamarca dentre outros. Este modelo de Estado, já alhures explicado seu mecanismo e características teve seu auge nos anos de 1950 e 1960. A guerra fria e principalmente à vitória norte americana nesta guerra ideológica, da qual emergiu como única superpotência militar e econômica do mundo, e o esfacelamento econômico do ³“império do mal”, leia-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,(URSS), corroborou para a derrocada do Estado do bem-estar social na Europa e para a sua implementação definitiva do ideário neoliberal na Europa e no mundo (HADDAD, 2007 p. 53):

[...] A guerra fria como o próprio nome sugere, foi sem nunca ter sido. No entanto, significou bem mais que mera troca de insultos e acusações de parte a parte. Com seu sript de filme de terror B, significou a mais sórdida forma de violência psicológica perpetrada conta a humanidade; a banalização da possibilidade de destruição mútua inevitável [...].

3.4. Crise e desmonte do Estado do bem-estar social. Início do neoliberalismo

A explicação dos porquês da rúina do estado do bem estar social e da implementação do modelo econômico neoliberal na Europa, no final dos anos 1970, cuja ideologia já germinava neste continente desde 1947, quando ainda era apenas uma ideologia criada pelos ideólogos da ⁴sociedade de Mont. Pelerin na Suíça, e o

³ A expressão império do mal (em inglês: Evil empire) foi inicialmente aplicada à União Soviética, em 1983, pelo então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

⁴ A Sociedade Mont Pèlerin (em francês Société du Mont P lerin, em inglês Mont Pelerin Society)   uma organiza o internacional fundada em 1947, composta por filósofos, economistas e políticos de diversos países, reunidos em torno da promo o do liberalismo e de seus valores e princípios.

porquê da adoção deste modelo econômico neoliberal pelos europeus, deve-se principalmente a uma necessidade de maior acumulação de lucros pelos capitalistas e também de suas dificuldades, haja vista existir na época uma tendência declinante dessas mesmas taxas de lucro, em virtude, mais não somente, da luta do operariado europeu, apoiado pelos partidos socialistas e pelos sindicatos, por mais direitos. Este embate entre capitalistas, ávidos por mais lucros e operários ávidos por mais direitos, somado a crise de ⁵estagflação do cenário econômico mundial, provocado em parte pela crise do petróleo de 1973, estes fatores são fundamentais para explicar a emergência do neoliberalismo. No início dos anos de 1970, em que pese à dificuldade dos países europeus de compatibilizar os gastos públicos, principalmente da área social com o crescimento da economia capitalista, acirra-se a briga entre o capital versus o trabalho, conforme alhures narrado, de um lado, estavam os empresários capitalistas querendo aumentar sua margem de lucro e menos tributação em sua folha salarial e de outro os trabalhadores e seus sindicatos pleiteando mais direitos e no meio deste tiroteio o Estado tentando mediar o conflito. Assim sendo, nesta queda de braço, venceram os empresários capitalistas e seus conglomerados financeiros, ocorrendo desde então na Europa um desmonte do modelo do bem estar social, desmonte ao qual teve início na Inglaterra no governo Thatcher (1979 -1990), com a onda de privatizações das estatais inglesas, tendo trilhado o mesmo caminho a Alemanha de Helmut Kohl e a Espanha de Filipe Gonzales.

Corroborando as assertivas acima (VIANA, 2008 p. 01):

[...] A eleição do governo Thatcher em 1979 ao lado da vitória eleitoral de Ronald Reagan em 1980 e, posteriormente de Helmut Kohl em 1982 marca o avanço sucessivo de governos neoliberais, que, assim, assumem o poder na Inglaterra, EUA e Alemanha, respectivamente. Esta é a primeira fase do capitalismo neoliberal (regime de acumulação integral), marcado pela eleição de governos neoliberais e de outros que, paulatinamente, passam a adotar políticas neoliberais. [...].

Corroborando para implementação do neoliberalismo na Europa e depois no mundo, acresce-se o desmonte do império soviético, no qual emerge os Estados Unidos da América, como única superpotência militar e econômica do mundo. É interessante destacar que o colapso do comunismo somado a adesão do socialismo

⁵ Em Economia, Estagflação define-se como uma situação simultânea de estagnação econômica, ou até mesmo recessão, e altas taxas de inflação. Tal fenômeno é uma situação atípica do funcionamento regular da economia.

espanhol de Gonzales e do socialismo Frances de Miterrand ao ideário neoliberal, em muito facilitou a disseminação deste ideário pelo resto do mundo, sendo que o consenso de Washington apenas sedimentou este ideário aonde faltava, ou seja, na América Latina.

O período de expansionismo e cristalização do modelo neoliberal, a partir da Europa e dos Estados Unidos da América deu-se de 1980, com a eleição de Ronald Reagan até o início anos 1990, quando Thatcher (1979 -1990) saiu do cargo de primeira ministra inglesa. É a época da máxima expansão do neoliberalismo com a sedimentação pelos governos neoliberais de seus princípios básicos, tais como: a implementação de privatizações, a desregulamentação das relações de trabalho, um ajuste fiscal e monetário por parte de seus governos, e a desregulamentação dos seus mercados.

Cristalizando este entendimento, em que o desmonte do “império do mal” corroborou para a implementação do ideário neoliberal em escala mundial, (ANDERSON apud AZEVEDO, 1999 p. 110).

“Uma das razões fundamentais explicativas deste surto neoliberal, no mundo capitalista avançado, que o exorta para a periferia do sistemas, tem como uma das suas razões fundamentais “a queda do comunismo na Europa ocidental e na União Soviética de 89 a 91 exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo no próprio ocidente tornavam-se cada vez mais óbvios.

3.5. O Estado neoliberal e suas características

Entende-se por neoliberalismo, o modelo econômico que, fazendo uma releitura do liberalismo clássico, pauta seu ideário contra toda e qualquer espécie de intervencionismo estatal na economia, asseverando que o mercado deve-se regular segundo suas próprias peias. Os neoliberais pregam, dentre outras doutrinas, que a economia mundial deve-se pautar no livre jogo de forças do mercado. O Estado neoliberal, em apertada síntese, é também aquele que se pauta por unicamente: assegurar a paz interna e externa, deixando para a iniciativa privada a condução da política econômica.

O neoliberalismo que tem suas raízes históricas e acadêmicas na sociedade de Mont. Pelerin avançou como teoria econômica substitutiva do modelo keynesiano principalmente após a crise econômica de 1973, neste sentido (AZEVEDO, 1999 p. 100).

[...] Mas a partir de 1973, com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra caracterizada por uma profunda recessão, as ideias neoliberais passaram a prosperar. “As raízes da crise”, afirmavam Hayke e seus companheiros estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e de maneira mais geral no movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Para fazer face a esta situação fazia-se necessário um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta de qualquer governo [...].

Finalizando, é importante salientar que o ideário neoliberal, baseado na economia de livre mercado, é o modelo econômico majoritário adotado atualmente nos países cristãos ocidentais, leia-se nos Estados Unidos da América, Europa e América Latina, bem como também adotado pelos tigres asiáticos e está baseado nas seguintes premissas básicas:

- 1 – Uma férrea disciplina fiscal, devendo o Estado cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, agindo com extrema responsabilidade fiscal;
- 2 – Reforma fiscal e tributária, principalmente desonerando pontualmente a carga tributária incidente sobre a atividade empresarial;
- 3 – Privatização das empresas estatais em quase todos os setores da economia, excetuando apenas alguns setores estratégicos;
- 4 – Abertura comercial e econômica, dentro de uma postura de livre comércio visando diminuir o protecionismo alfandegário e as barreiras às importações, sendo esta premissa uma imposição dos países Centrais aos países periféricos;
- 5 – Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas, deixando ao mercado sua autorregulação, não interferindo o Estado na relação capital versus trabalho;

Assim, salienta-se que as bases do ideário neoliberal, acima elencadas, estavam presentes nas recomendações do consenso de Washington destinadas para efetivar o ajustamento econômico dos países da América Latina.

3.6. O Consenso de Washington e suas recomendações aos países latino-americanos

O Consenso de Washington, assim batizado pelo economista ⁶John Williamson, foi basicamente um receituário de medidas que aparentemente visavam resolver a crise econômica latino-americana, porém na verdade, até poderia ter este escopo indireto, más, em um viés essencialmente crítico, o consenso visava precipuamente atender aos interesses norte-americanos na América latina, através da imposição aos países latino-americanos de medidas de cunho neoliberal.

Ressalta-se, que além das ideias neoliberais já não serem mais uma novidade a época do consenso, haja vista a sua difusão anteriormente na América Latina pelo governo estadunidense, a adoção “supostamente natural” desta cartilha neoliberal pelos países latino-americanos passou a ser um pré-requisito obrigatório para obtenção pelos mesmos de recursos financeiros junto aos organismos internacionais tais como: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como virou moeda de troca para que os credores internacionais, avalizados pelos Estados Unidos da América, reduzissem o valor da taxa de juros da dívida externa, tornando possível assim, conforme tornou, a exceção da Argentina, que os países latino-americanos quitassem sua dívida externa.

As bases estruturais do ideário neoliberal, já mencionadas no capítulo anterior, porém preconizadas especificamente durante o consenso de Washington, e direcionadas para a América Latina, foram as seguintes:

- 1 – Abertura econômica dos países latino-americanos, principalmente aos produtos norte-americanos e ao capital norte-americano;
- 2 – Adoção, pelos mesmos, da economia de mercado, com a sua desregulamentação, deixando ao mercado a condução e implementação da política econômica;
- 3 – Rígido controle fiscal, devendo os Estados latino-americanos cortarem gastos e eliminarem ou diminuírem as suas dívidas, adequando-se as suas endêmicas leis de responsabilidade fiscal;

⁶ John Williamson, economista, nasceu na Inglaterra em 1937. É conhecido internacionalmente como o homem que cunhou o termo "Consenso de Washington"

Dentre as premissas básicas, “recomendadas” no Consenso de Washington para serem efetivadas desde então pelos países latino-americanos, podemos destacar:

- a) Uma rígida disciplina fiscal, em que os Estados latino-americanos deveriam cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas;
- b) Uma reforma fiscal e tributária, em que os governos deveriam reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos;
- c) Privatização de suas empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em quase todos os setores;
- c) Abertura comercial e econômica dos países latino-americanos, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro;
- d) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Fazendo-se uma crítica ao consenso, este representou uma verdadeira intervenção estrangeira na soberania brasileira e latino-americana, pois como que afirmou a estes países de que os mesmos precisavam ser tutelados a partir de então, pois eram incapazes de programar políticas macroeconômicas em seus países. Neste sentido (BATISTA, 1994) faz duro comentário a este respeito:

[...] Tão eficaz foi a mensagem, e ao mesmo tempo tão desmoralizadora da autoestima nacional latino-americana, que se tornou possível a pública discussão, até nos meios de comunicação, sem resquício de pudor, de soluções visivelmente comprometedoras da capacidade nacional de decisão. Passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica, e à conveniência de se transferir essa grave responsabilidade a organismos internacionais, tidos por definição como agentes independentes e desinteressados aos quais tínhamos o direito de recorrer como sócios. Não se discutia mais apenas, por conseguinte, se o Estado devia ou podia ser empresário. Se podia, ou devia, monopolizar atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal [...].

3.7. A crise da dívida externa brasileira nos anos 1980 e o plano Brady. Fatos antecedentes a entrada do Brasil no neoliberalismo

Em uma releitura histórica da realidade, como ela de fato ocorreu, corroborada pelas assertivas neste sentido dos teóricos da economia brasileira, a dura realidade é que muito, ou grande parte da miséria, da pobreza e do caos social vivido pelos extratos mais baixos da população brasileira nos idos dos anos de 1980 deve-se muito a política injusta e desumana de cobrança da dívida externa engendrada pelos bancos norte-americanos e policiada de perto pelos Estados Unidos da América e pelos organismos de cooperação internacional, tais como: Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento .

Assim, forçoso é inicialmente traçar um quadro comparativo do tratamento dado pelos Estados Unidos da América a seus irmãos europeus no pós-guerra, o chamado Plano Marshal, o qual foi extremamente diverso do dado aos latinos americanos durante os anos 1980.

Ocorre, que ao final da segunda grande guerra, a América do Norte, interessada que estava, por questões de geopolítica, de evitar o alinhamento da recém-fundada Alemanha Ocidental ao bloco comunista procedeu de modo extremamente indulgente para com a nação teutônica, no que concerne a eventuais reparações de guerra (BATISTA, 1994). Em 1953, os Estados Unidos acabariam mais uma vez por não reivindicar reparações da Alemanha novamente derrotada. Interessados na recuperação da República Federal, no contexto da guerra fria, Washington reduziria em 2/3 a dívida alemã de pré-guerra e concederia mais 35 anos de prazo para amortização, a juros favorecidos, do saldo remanescente de 1/3. Isso, não obstante tratar-se de dívida que havia sido objeto de moratória unilateral, ao ter a Alemanha suspenso seu pagamento vinte anos antes.

Assim, resta claro que o governo estadunidense agiu com dois pesos e duas medidas, ou seja, a quem interessava ajudar, no caso a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos agiram de modo altamente indulgente quanto ao pagamento das reparações de guerra, porém agiu de modo completamente diverso no que concerne aos países latinos americanos.

Antes de qualquer coisa, antes de se comentar a respeito do endividamento brasileiro nos anos oitenta deve-se ressaltar como era a política macroeconômica brasileira após a segunda guerra mundial. Neste sentido, Portela (1992):

[...] Durante as primeiras décadas do pós-guerra, os países da América Latina, especialmente o Brasil, experimentaram longo período de crescimento sustentado a partir de um modelo econômico intervencionista voltado, entre outras coisas, para a substituição de importações. Embora esse modelo econômico tenha gerado desajustes econômicos graves, como a concentração de renda e o fechamento externo da economia, ele manteve durante mais de trinta anos grandes aumentos da renda per capita e diminuição significativa dos níveis de pobreza da região. De fato, os números do desempenho econômico da América Latina durante o período de pós-guerra são impressionantes. O PIB da região cresceu em média 5, 0% ao ano na década de cinquenta. Durante o período 1960-81, a taxa de crescimento do PIB se manteve em 5, 5% ao ano, o que significou 22 anos de crescimento robusto. Esse ritmo de crescimento esteve, por exemplo, bem acima da média dos países industrializados, cujo PIB cresceu em média 3, 8% ao ano durante o período 1960-.A despeito da má distribuição de renda, essa fase de crescimento acelerado permitiu redução lenta, mas substancial na incidência relativa da pobreza. A percentagem de famílias latino-americanas vivendo na pobreza diminuiu de 40% para 35% entre 1970 e 1980. No Brasil, essa percentagem caiu de 49% para 39% entre 1970 e 1979 [...].

Assim, numa singela, porém neófito análise de um não economista, é possível até acreditar que o modelo intervencionista não importador, adotado pelo Brasil pré-consenso de Washington, aludido por Petrônio Portela Filho em belíssimo trabalho acadêmico, talvez tivesse sido até melhor para os humildes brasileiros, do que está sendo o modelo neoliberal, em que pese a oferta escorchante de produtos fabricados em Formosa, China ou Hong Kong que aqui chegam a preços ínfimos, bens de consumo estes também comprados pelas classes menos favorecidas, tais como bolas de tênis a cinco reais, relógios a trinta reais, teclados de computador a quinze reais, assim, fica a pergunta: disponibilizar bens de consumo no mercado brasileiro e mundial a preços ínfimos conforme está ocorrendo. Esta é a faceta benéfica do modelo neoliberal? Fica a dúvida.

No que tange ao endividamento externo brasileiro, objeto de análise deste capítulo, é despidendo, para fins deste trabalho, indagar quais foram às razões endógenas ou exógenas, que levaram ao altíssimo endividamento externo brasileiro no final dos anos de 1980, haja vista não tratar-se esta dissertação de um ensaio econômico, porém a verdade, é que no começo dos anos de 1980 ,a dívida externa brasileira chegou ao patamar do insuportável e do impagável, sendo que a isto

somava-se o fato dos credores norte-americanos, avalizados pelo governo estadunidense, terem praticamente dobrado a época o valor da taxa dos juros da dívida o que tornou impraticável o pagamento da dívida externa brasileira, salvo na hipótese do sacrifício e penúria financeira dos extratos sociais mais pobres da população brasileira, e foi o que realmente ocorreu.

Neste sentido, a estratégia inicial de tratamento da dívida cogitou, fundamentalmente, de reescalonar o principal pelos mesmos prazos, sempre com juros flutuantes, mas com spreads mais elevados como “dinheiro novo”, unicamente “empréstimos-ponte” necessários para impedir a insolvência dos bancos credores. O pagamento integral dos juros seria viabilizado pela contração das importações dos devedores, mediante a redução de demanda inerente aos programas de ajuste recessivo recomendados e supervisionados pelo Fundo Monetário Internacional e de medidas diretas de controle das importações. Não se considerou como seria mais conveniente para os próprios credores uma estratégia de aumento das exportações dos devedores, mediante acordos de estabilização dos preços de produtos primários e/ou uma maior abertura dos mercados dos credores às manufaturas dos devedores, ou no campo financeiro, uma consolidação da dívida que incorporasse reduções do estoque e amortização em prazos muito mais longos, com grandes períodos de carência e juros fixos (BATISTA, 1994).

Assim, em grossa análise, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a dar as cartas na política macroeconômica brasileira, tirando de nós qualquer soberania, e nos dizendo o que fazer com o nosso dinheiro, ou melhor, dizendo sim, que deveríamos comprometer, conforme comprometemos nossos créditos em pagamento da dívida, em pagamento dos juros da dívida externa, em detrimento do sofrimento de milhões de brasileiros, que passaram a ficar sem políticas de assistência social, ou seja, na miséria.

É interessante mencionar que no momento em que o Brasil e os outros países latinos americanos questionaram os credores sobre como eles, os países latino americanos, deveriam resolver internamente seus problemas orçamentários para assim poderem honrar o pagamento das suas dívidas externas, os credores agiram com desdém quanto aos problemas latino-americanos. Neste sentido, Batista (1994):

[...] Ao se ignorar essa noção básica no caso latino-americano, seriam mais uma vez desconsiderados tanto o “problema orçamentário”, isto é, como pode o governo do país devedor obter recursos em moeda nacional necessários ao serviço da dívida externa, sem desequilibrar as contas públicas, quanto o chamado “problema da transferência”, ou seja, o da conversão dos recursos internos dessa forma obtidos em moeda estrangeira. Novamente decidiriam os credores, com graves consequências inflacionárias para os devedores latino-americanos, que cabia a estes últimos resolverem sozinhos o “problema orçamentário”, reduzindo arbitrariamente as despesas do Estado ou elevando os respectivos tributos. A resposta ao “problema da transferência” seria entendida também como uma responsabilidade exclusiva dos devedores, a quem incumbiria gerar saldos de comércio para pagamento do serviço da dívida, mais pela contração das importações do que pela expansão das exportações. Vale dizer, pela repressão da demanda interna ou por medidas diretas de controle das importações [...]

Assim, restou claro conforme acima provado, que a postura dos credores foi de puro desdém para com os problemas orçamentários endógenos brasileiros, ou seja, que o Brasil se virasse, resolvesse sozinho o “problema orçamentário”, da forma que melhor lhe conviesse, no que concerne em converter a arrecadação de moeda nacional em pagamento da dívida, mesmo que isso custasse, conforme custou em sofrimento dos extratos sociais mais pobres.

É interessante demonstrar que os Estados Unidos da América, quando lhe convieram, resolveram por fim acabar com o problema do endividamento externo brasileiro. Por volta do final dos anos de 1980, no momento em que os bancos norte-americanos, principais credores da América latina, já estavam saciados em sua sede monetária, ou seja, no momento em que eles já tinham saneado suas reservas monetárias, era o momento para os Estados Unidos começarem a atender os interesses dos seus exportadores no sentido de abrir o mercado brasileiro para os produtos e capital norte-americano, assim o plano Brady constituiu-se basicamente em uma nova gestão da dívida externa, reduzindo o valor da taxa de juros aos devedores latino-americanos entre eles ao Brasil, porém, e isto é vital destacar, condicionando os novos empréstimos e cooperação das instituições financeiras à implementação no solo latino-americano e brasileiro das políticas neoliberais e foi o que ocorreu. Deste modo, coagidos que foram, os devedores latino americanos e o Brasil, em troca da diminuição da taxa de juros da dívida abriram seus mercados ao capital estrangeiro entrando de vez no ideário neoliberal.

Assim, concluindo, a dívida externa brasileira foi saneada, foi paga, porém a um custo social altíssimo, passando-se por um período, conforme passamos de

estagnação e recessão econômica, por hiperinflações que tornaram as pessoas das castas sociais mais pobres em miseráveis, e que ceifaram a vida de muitos nordestinos nas filas do INSS, os quais viviam com menos de um dólar por dia.

Este foi o legado do consenso de Washington e da entrada forçada do Brasil no ideário neoliberal? Seria melhor se não tivéssemos adentrado nesta ciranda neoliberal e se seguíssemos o caminho do socialismo estatizante e planificado? Eu acho que não, e a pobreza venezuelana, com seu bolivarismo anacrônico prova de modo definitivo que as ideias marxistas devem ser sepultadas de uma vez e para sempre.

Concluindo, nos idos do começo dos anos de 1990, portanto após a realização do consenso de Washington, começaram pontualmente a implementação das recomendações do consenso de Washington em solo pátrio, tendo começado no Governo Fernando Collor de Melo, e mais precisamente no governo Fernando Henrique Cardoso, no qual foi sedimentado de modo definitivo o ideário neoliberal do Brasil.

3.8. O aumento das diferenças sociais e da pobreza no Brasil pós entrada no ideário neoliberal

A entrada definitiva do Brasil no ideário neoliberal através da implementação das medidas de ajuste delineadas no consenso de Washington somente ocorreu nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), tendo sido este governo um governo de coalizão de centro-direita, encabeçado pelo partido da social democracia brasileira, (PSDB). Durante seus dois governos, no período de 1994-2002 é que foram realmente efetivados os ajustes: econômicos, políticos e legislativos para a adesão definitiva do Brasil a agenda neoliberal, tais como: as privatizações das estatais, o início da desregulamentação da economia e das relações de trabalho, além de um rígido controle fiscal das contas públicas, com a drástica redução nos gastos nas áreas sociais, tendo como objetivo máximo a ser alcançado a todo custo, o controle da inflação, mesmo que isso implica-se em aumento da pobreza e da desigualdade social. É mister ressaltar que ocorreu deste então, uma contínua e gradual perda de direitos dos trabalhadores, o que culminou na denominada Reforma Trabalhista de 11

de novembro de 2017, que entrou em vigência com a lei n. 13.467/2017. Este capítulo tem por escopo demonstrar que a implementação de tais medidas neoliberais, durante este período, não trouxe uma melhoria considerável aos extratos mais pobres da população brasileira, muito pelo contrário, de certo modo agravou mais ainda o quadro de pobreza e desigualdade social que já vigorava no Brasil. A adoção destas medidas neoliberais, além de não implicarem em real crescimento do PIB brasileiro, não revelaram uma real melhora nas condições de vida dos brasileiros em geral, principalmente nos extratos sociais mais pobres da população, a este respeito e fazendo uma retrospectiva após 10 anos de neoliberalismo (FILGUEIRAS, 2003). Após mais de uma década dessa experiência, os resultados essenciais, com nuances e detalhes secundários, são os mesmos verificados nos demais países do continente, quais sejam: estabilidade relativa dos preços e baixíssimo crescimento econômico, acompanhados pelo aumento das dívidas externa e interna; a desnacionalização do aparato produtivo, com transferência de renda do setor público para o setor privado e da órbita produtiva para a órbita financeira; a elevação das taxas de desemprego e a redução dos rendimentos do trabalho.

Em suma, o que ocorreu neste período, de experiência neoliberal, de 1994 a 2002, e que vem ocorrendo até hoje, pois em momento algum, mesmo durante os dois governos de centro-esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva, e durante os quase dois mandatos de Dilma Rossef, em que pese a atenção dada por estes governos aos extratos mais pobres da população, porém ressaltando-se que o projeto neoliberal nunca foi abandonado por completo, tendo sido retomado com força agora no governo de Jair Bolsonaro, enfim, o que aconteceu foi um aprofundamento dramático da dependência e da vulnerabilidade externa do Brasil aos países centrais, e as flutuações do mercado financeiro internacional, acompanhado de um baixo crescimento do PIB, tendo períodos de crescimento negativo, bem como a ocorrência de uma crise econômica sem precedentes, que levou a um aumento ainda maior nas taxas de desemprego e de pobreza no país.

São características marcantes derivadas da implementação do projeto neoliberal neste período: a ampliação da fragilidade financeira do setor público, a precarização do mercado de trabalho, com a perda gradual de direitos trabalhistas e aumento do número de trabalhadores na informalidade, a deterioração das condições

sociais no país, leia-se: aumento nas taxas de pobreza, aumento nos níveis de desigualdade social e aumento da desigualdade de distribuição de renda e de riqueza.

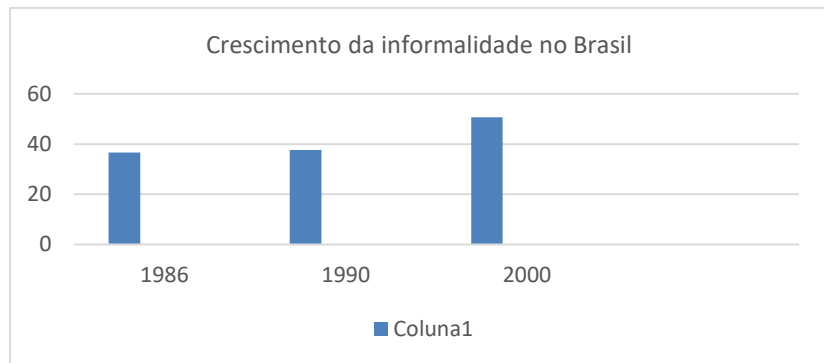
É relevante destacar no que tange a questão da desigualdade social, o índice de desigualdade GINI mensurado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) permaneceu o mesmo, em uma média de 0,5994, caindo um pouco o nível de desigualdade no segundo mandato, chegando a 0,0553, (1998-2002), porém já nos dois governos de centro-esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva, pode-se observar uma melhora com queda considerável nos níveis de desigualdade GINI, chegando a 0,528 no final do 1º mandato e a 0,509 no final do segundo mandato.

Pórem, apesar da discreta melhora nos índices de desigualdade GINI mensuráveis no período, não se pode dizer que ocorreu uma significativa mudança nas condições de vida, no que diz respeito aos extratos mais pobres da população brasileira.

No que tange a questão da precarização das relações de trabalho, faceta marcante do neoliberalismo, nota-se desde esta época um aumento vertiginoso no percentual de brasileiros subempregados, vivendo no mercado da informalidade, passando a existir a partir de então, um verdadeiro contingente de vendedores de “quentinhas” no Brasil, cidadãos brasileiros que perderam seus empregos formais e que foram obrigados a migrar para o mercado informal, em busca da sobrevivência diária, haja vista o aumento vertiginoso nos níveis de desemprego formal observado no período.

Sobre a precarização nas relações de trabalho, incrementada principalmente pós consenso de Washington, corrobora (SABADINI; NAKATAN, 2002)

[...] “No Brasil, o crescimento da informalidade também pôde ser constatado. O grau de informalidade que era de 36,6%, em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e 50,8% em 2000. Da chamada “década perdida”, caracterizada por baixas taxas de crescimento econômico e pela transferência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida externa, passamos à denominada “década perversa”, nos anos 90, que marcou o retorno do país ao acesso ao crédito financeiro internacional e a adoção das políticas liberalizantes exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas políticas geraram, no que tange ao ajuste no mercado de trabalho brasileiro, o aumento nas taxas de desemprego e de informalidade, associados a precarização das condições de vida e de trabalho[...].



Verifica-se, que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), de ideário notadamente neoliberal, o qual portando-se dentro desta cartilha, seu governo ajustou o país de acordo com os ditames da pauta neoliberal, verificando-se a ocorrência em seus governos, dentre outras atitudes, as seguintes:

- 1- Um forte ajuste fiscal, com grande redução dos gastos governamentais, principalmente nas áreas sociais, visando o controle ao máximo da inflação;
- 2- A Privatização de grande parte das empresas estatais em diversos setores;
- 3- A abertura comercial e a desregulamentação econômica do mercado brasileiro, dentro de uma postura de livre comércio, que visou diminuir o protecionismo alfandegário e as barreiras às importações;
- 4- Uma gradual e continua desregulamentação das leis trabalhistas, com sensível perda dos direitos dos trabalhadores;
- 5- Uma retração do papel do Estado em seus programas sociais, derivada da adoção de políticas neoliberais e a terciarização, de certo modo, desta responsabilidade social para a sociedade civil, para o chamado “terceiro setor”.

Esta foi a pior faceta neoliberal deste governo, pois a diminuição crassa dos programas sociais deixou ao abandono e a marginalidade social uma massa enorme de pessoas, que já se encontravam fora do setor produtivo, neste sentido, (VIANA, 2008, p. 07):

[...]“A diminuição dos gastos estatais provocou uma redução do número de funcionários públicos e burocratas e as instituições da sociedade civil, especialmente as ONGs e o que se convencionou chamar “terceiro setor”, acaba sendo não somente um processo para que a sociedade civil organizada execute um papel que era da alçada do Estado como também absorva parte da burocracia estatal dispensada.” [...]

Com a adesão brasileira, durante este período, à agenda neoliberal, o que se deu, pós-consenso de Washington, notou-se a partir daí uma paulatina mudança de paradigma, no que concerne as políticas sociais no Brasil, ou seja, ao invés de tratar estruturalmente e preventivamente dos problemas sociais, os governos neoliberais, pós-consenso de Washington, procuraram adotar medidas paliativas, de cunho apenas emergencial, mas que não curaram, nem curam os problemas sociais em sua essência, sendo exemplos disto: o programa “bolsa escola”, do governo FHC e o programa “bolsa família”, capitaneado no governo de centro-esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo Jair Bolsonaro (2018 até o momento), de ideologia notadamente neoliberal e dando continuidade a estas políticas sociais paliativas está tentando reeditar os programas sociais anteriores, agora sobre nova roupagem e novo nome chamado Renda Brasil.

O Renda Brasil é o nome designado ao novo programa social idealizado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Economia. Este programa ainda está em fase de elaboração, mas o que já foi passado para a população e para mídia, é que o Renda Brasil se tratará de um novo programa social, que tem como intuito principal unificar outros programas sociais já existentes hoje. Assim, o Renda Brasil substituirá programas como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, por exemplo, além de englobar alguns outros programas do governo, como por exemplo o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Seguro Defeso.

Sobre este mister, e traçando um paralelo entre as políticas sociais do estado integracionista (Estado do bem estar social ou welfare state) e do Estado Neoliberal, que adota o regime de acumulação integral (VIANA, 2008 p. 07):

[...] “A emergência da ideologia da exclusão social é produto do processo de lumpemproletarização, que ocorre na época do regime de acumulação integral (Viana, 2008), e está ligada também ao processo de constituição de políticas de assistência social paliativas e setoriais em substituição as políticas de assistência social de caráter estrutural que existia na época do estado integracionista.”[...]

É de se observar, que conforme corroboraram as teses escritas sobre esta questão, pode-se sim, traçar um elo de ligação, no que concerne ao agravamento dos

problemas sociais observados no Brasil, durante os governos neoliberais, com a adoção da agenda neoliberal, mas lembrando que, a adoção desta agenda não foi a única razão para o agravamento destes problemas, que sempre foram endêmicos da realidade brasileira como: pobreza e desigualdade social.

É forçoso concluir então, que a adoção pelo Brasil, conforme comprovadamente adotou, pós consenso, de medidas de cunho neoliberal, principalmente: medidas de desregulação da economia, de desregulamentação das relações de trabalho e a redução paulatina dos direitos do trabalhador e principalmente a redução pelo Estado brasileiro dos gastos com políticas públicas na área social, tais medidas levaram a aumentar durante este período, as taxas de desemprego, gerando, como corolário lógico o aumento da pobreza, o qual está associado, porém não é apenas esta a razão, ao aumento da criminalidade, conforme restará demonstrado quando especificamente enfrentado o assunto no item 3.9 desta dissertação.

É de se criticar severamente a postura dos governos neoliberais no que tange a política de redução de gastos nas áreas sociais, pois está provado, que o incremento de políticas sociais estruturais tais como: atenção à saúde, educação pública de qualidade, política de pleno emprego, serviços públicos de qualidade, e a criação de uma rede de amparo social para aqueles a margem da cadeia produtiva, tais condutas comprovadamente reduzem a desigualdade social e conseqüentemente ajudam a reduzir a criminalidade, no que convencionou-se chamar de “prevenção primária” do crime, entendendo-se por prevenção primária a implementação de medidas indiretas de prevenção consistentes em evitar que fatores exógenos sirvam como estímulo a prática delituosa. Trata-se normalmente de medidas sociais por meio das quais o estado garante o acesso ao emprego e a direitos sociais, tais como: segurança e moradia, ressaltando-se de que diante da complexidade de tais medidas, os resultados na prevenção a criminalidade são de longo prazo, mais comprovadamente eficazes.

A contrário sensu, reduzindo os gastos sociais, como agiu o Estado brasileiro durante a experiência neoliberal, (1994-2002), tais medidas de redução de gastos nas áreas sociais, contribuíram para direcionar diversos jovens, eivados dos extratos sociais mais pobres da população e moradores das favelas e periferias dos centros

urbanos, via de regra nascidos em lares desestruturados ao caminho da marginalidade, sendo alvos fáceis para serem cooptados à integrar as organizações criminosas de tráfico de entorpecentes. Neste sentido, corrobora Muller (2019, p.01)

[...] Essa correlação de forças entre o Estado e o capitalismo neoliberal intensifica a diferença no campo das desigualdades sociais, elevando o número de pessoas à margem da sociedade, fora do mercado de trabalho, destituídas de direitos, e em sua grande maioria carentes de condições básicas de sobrevivência. O Estado enquanto detentor do monopólio da violência legítima deve manter esforços contínuos para a elaboração de políticas públicas de prevenção ao crime e a violência, com fins a promoção de igualdade social, política de pleno emprego e serviços de base com qualidade para toda a sociedade, independente de classe, credo, cor ou raça. O ideário neoliberal limita-se basicamente a atribuir a responsabilidade do insucesso profissional ao próprio cidadão, isto é, o próprio indivíduo se colocou em situação de excluído socioeconômico, o que na verdade, sabemos que não é verdade, pois quem gera a exploração e a expropriação do indivíduo na sociedade é o capitalismo de cunho segmentário, mundializado e desigual produzindo desemprego, pobreza e criminalidade. [...]

Dentro de um recorte espacial específico, abordando espacialmente a região metropolitana da Grande Vitória-ES, e dentro de um viés, que analisa a influência do capital econômico e da estrutura social de classes e os desdobramentos e imbricações que a influência da posse deste capital e esta estrutura de classes influencia a geografia e a distribuição espacial na metrópole, assim se posicionam Santos (2004, p. 50) apud Lira, Benedito, Magalhães e Bertolani (2014, p. 129), para os autores, a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos, e de outro lado uma minoria com uma renda muito elevada cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que têm acesso a bens e serviços de consumo, e aqueles que não os têm, porém tendo a mesma necessidade, não pode satisfazê-las, e isto é a razão da formação de dois circuitos econômicos urbanos: um circuito superior, composto por: bancos, comércio, indústria, dentre outros, onde atuam diretamente as classes abastadas, sendo que as classes que compõem o circuito superior exercem forte influência sobre o poder político e decisões públicas da cidade. De acordo com os citados autores:

[...] Na esteira da perspectiva socioeconômica, Santos (2004, p. 50) aponta que as classes superiores são caracterizadas pela reduzida elite que possui efetivo controle sobre a economia urbana e ampla influência sobre o poder político e as decisões estratégicas que interferem na organização espacial da cidade. Indivíduos que compõem as altas cúpulas dos governos, proprietários e gestores de grandes indústrias e empresas comerciais, burocratas da administração pública, entre outras pessoas político-economicamente influentes, são os principais representantes do circuito superior[...].

E retratam também a existência de um circuito inferior:

[...] O circuito inferior, constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio tradicional de pequena dimensão, congrega as atividades económicas das classes média, popular e pobre. Esta última busca a subsistência através dos subempregos e exerce influência quase nula frente aos processos de decisões sobre a organização espacial. [...]

É de “senso comum” entre os académicos que estudam as políticas neoliberais implementadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, (em seus dois mandatos) a ocorrência de dois fenómenos primordiais: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. Nessa perspectiva, observou-se que o Estado brasileiro se tornou refém do capital, ao mesmo tempo em que as relações de trabalho foram informalizadas, o que contribuiu para a exclusão social dos trabalhadores, tendo sido observado um aumento considerável nas taxas de desemprego.

Sobre o carácter excludente e seletivo, no que tange as relações de trabalho e empregabilidade das políticas neoliberais, (MENDES, T. Kíssila 2015) apud (Wermuth (2011):

[...] Entretanto, afirma que a implementação das reformas neoliberais no Brasil incrementou à seletividade o fator económico e do trabalho. Isso porque um grande contingente se tornou disfuncional para o sistema produtivo por conta de sua falta de capacitação ou pela mão de obra se tornar desnecessária. As reformas neoliberais são marcadas, como já mostramos anteriormente, por privatizações, cortes de gastos nas áreas sociais e privilégios aos setores financeiros. Assim, os ganhos na produtividade surgem a partir da degradação do trabalho, gerando como consequência as marginalidades económicas e sociais. [...]

Concluindo este subcapítulo, e corroborado pela densa contribuição académica, restou claro que as políticas neoliberais e ajustes económicos pautados nesta cartilha e implementados nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, (em seus dois mandatos), porém também implementados, em menor escala, haja vista a constatação estatística, observável em indexadores tais como o índice GINI, de uma melhora razoável na redução das taxas de pobreza e na desigualdade social nos governos de centro-esquerda do partido dos trabalhadores, porém que apesar desta melhora neste índices, manteve a perspectiva socialista em um horizonte de longo prazo, e assumiu compromissos com o mercado financeiro para ter

governabilidade, assim mantendo as bases da estabilização econômica conquistadas no governo anterior, assim, conclui-se que a implementação destas políticas neoliberais excludentes e segmentadas, implicaram e implicam diretamente na precarização do trabalho e no aumento nas taxas de desemprego e pobreza, o que em tese, pode implicar e explicar “em parte” no aumento nas taxas de criminalidade, o que será melhor abordado no subcapítulo 3.9.

3.9 O agravamento da criminalidade pós Consenso de Washington, com um recorte espacial e estatístico na região metropolitana da cidade de Vitória/ES.

Ficou claro no subcapítulo 3.8, de que pode-se estabelecer uma correlação direta entre as políticas neoliberais adotadas no pós consenso de Washington, e mais evidenciadas no governo neoliberal de Fernando H. Cardoso e o aumento da pobreza, das taxas de desemprego e da desigualdade social, tendo em vista o caráter segmentário e exclusivo nas relações de trabalho característicos do neoliberalismo, o que foi corroborado por substratos acadêmicos colhidos a lavra de diversos autores, que já escreveram sobre o tema, e presentes na presente dissertação; porém tarefa mais árdua é tentar estabelecer, ainda que de forma incipiente um elo de ligação entre o aumento das taxas de pobreza e desigualdade, que foram tão marcantes durante o período neoliberal (1994-2002) e o aumento das taxas de criminalidade, haja vista, em que pese a tentação de fazer está associação, está não é a única correlação possível.

Pelo menos em parte, é possível fazer a correlação acima citada, pois os estudos das escolas criminológicas, inclusive da escola de Chicago, apontam que os seguintes fatores, os quais ficaram evidenciados suas ocorrências durante os governos neoliberais, fatores estes que via de regra, segundo estudos, endereçam jovens de comunidades carentes para o caminho da marginalidade, engrossando a estatísticas criminais, devendo-se elencar os fatores mais importantes:

- 1- Desestruturação familiar;
- 2- Descrédito e insegurança social;
- 3- Falta de espaço e escolarização para um trabalho qualificado;
- 4- Ineficiência dos serviços do Estado, tais como: educação, saúde, moradia, que propiciem condições básicas de vida digna;

Assim, é de se observar, tentando-se estabelecer uma correlação entre a adoção do neoliberalismo, a redução drástica dos gastos em políticas sociais, que é peculiar a este ideário, e que observou-se no Brasil no período de 1994-2002 e os fatores acima elencados, é que estes fatores são característicos de um Estado que abandona as políticas públicas sociais, sendo que tais fatores, não são os únicos fatores criminológicos, más ajudam a endereçar cada vez mais jovens eivados das classes pobres e abandonadas à criminalidade.

Corroborando a assertiva acima, de que o Estado neoliberal e sua política de seletividade sócio-racial, somado ao abandono estatal as áreas sociais tem impactado, pelo menos em parte, no aumento da criminalidade (WERMUTH apud MULLER, 2019):

[...]Torna-se, assim, possível a afirmação de que ditas campanhas punitivas constituem, antes de tudo um mecanismo hábil de controle social e racial, que opera através de uma estratégia de substituição das instituições de assistência às classes pobres – típicas do Welfare State – por estabelecimentos penais. Ou seja, a seletividade sócio-racial no âmbito penal constitui uma das armas de que o Estado neoliberal lança mão para manter sob controle a população economicamente hipossuficiente, a qual, abandonada pelo Estado (mínimo em se tratando dos setores social e econômico), busca, através da delinquência, a satisfação de seus desejos de consumo – largamente instigados pela mídia – e, conseqüentemente, de equiparação à população inserida no mercado[...]

É obvio de que a premissa de que apenas os fatores: sociais, socioeconômicos, a abstenção do Estado na promoção de políticas sociais, ou a redução drástica pelo mesmo Estado nos gastos nas áreas sociais, de que estes fatores por si só expicam a criminalidade ou seu aumento, esta premissa é óbvio que não é valida, haja vista a existência de diversas causas que explicam o crime, bem como explicam o aumento da criminalidade, más resta evidente, de que fatores tais como: alta desigualdade social, péssima distribuição de renda, altas taxas de desemprego, pobreza extrema, falta de escolarização para um trabalho qualificado, ambiente degradado, o apelo midiático e desenfreado para o consumo, disseminado no mundo neoliberal/globalizado, assim, tais fatores estão obviamente imbricados com o aumento das taxas de criminalidade e violência, ficando evidente na realidade brasileira, de que o ladrão não rouba outro ladrão, mas sim o jovem da zona sul que usa o tênis ou o celular da moda. O indivíduo mais pobre ou melhor, marginalizado pela cultura do consumo, também aspira ao carro do ano, dinheiro no bolso e sucesso na vida. Embora não podemos atribuir ao ato de consumir a causa da elevação das taxas de criminalidade, a ideologia neoliberal estabelecida, em especial pela

mundialização do capital, demonstra o quanto essa política é perniciosa para o desenvolvimento social do país.

Fazendo um recorte espacial sobre a criminalidade na região metropolitana de Vitória-ES e conjugando parte dos fatores acima apontados, tais como: níveis de instrução dos chefes de domicílios e a distribuição espacial das escolas de ensino público, altas taxas de analfabetismo e predomínio de responsáveis pelos domicílios que cursaram apenas o ensino fundamental, além de um problemático déficit no número de escolas públicas de ensino médio, situações que denotam em parte a abstenção do Estado na área social, fatores estes que foram constatados neste trabalho como presentes nos bairros da Ilha do Príncipe e da Penha em Vitória-ES, notadamente bairros de periferia onde o déficit estatal de atuação nas áreas sociais é mais evidente, fica claro estabelecer-se deste modo uma certa correlação entre a abstenção social do Estado e a alta incidência nestes bairros de crimes violentos contra a pessoa e crimes de tráfico de entorpecentes.

Neste sentido, (SILVA L.Pablo 2009) [...] “Realizando uma ampliação da análise cartográfica por meio do mapa populacional segundo o gênero das pessoas residentes (figura 12), da composição de mapas da população segundo as faixas etárias (figura 14) e dos mapas que conjugaram informações referentes aos níveis de instrução dos chefes de domicílios e a distribuição espacial das escolas de ensino público (figuras 16 e 17), comprovou-se que os clusters da Ilha do Príncipe e Penha além de registraram predominância de pessoas residentes do sexo masculino, prevalência de população infantil, adolescente e jovem, altas taxas de analfabetismo e predomínio de responsáveis pelos domicílios que cursaram apenas o ensino fundamental, também evidenciaram um problemático déficit no número de escolas públicas de ensino médio. Tais características são de fundamental relevância para compreender a correlação entre os CVPES e CTDI nessas regiões.” [...]

Trazendo dados estatísticos sobre o aumento da violência e da criminalidade no Brasil pós consenso de Washington (GHIRINGHELLI; CIFALI, 2015). Desde o início da década de 1990, os problemas da violência, da insegurança e da criminalidade constituem-se como questões centrais nos grandes e médios centros urbanos da América do Sul. No caso brasileiro, o crescimento das taxas de homicídio ocorre desde o início dos anos 80, chegando no início dos anos 2000 à marca de 50.000 mortes por ano, e uma taxa de cerca de 25 homicídios a cada 100.000 habitantes, mas que em algumas capitais chega a impressionantes 90 homicídios a cada 100.000 habitantes. Dados mais recentes dão conta que, depois de um período de leve queda, entre 2003 e 2007, a curva dos homicídios no Brasil novamente

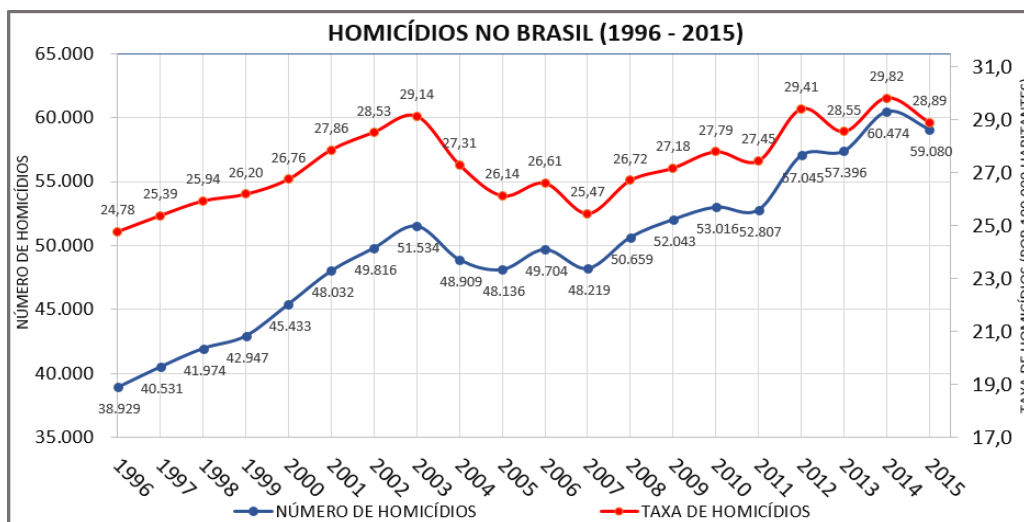
adquiriu um sentido ascendente, chegando a um total de 56.337 mortes por homicídio no ano de 2012, com taxa de 29 mortes por 100.000 habitantes. A maioria dos mortos é de classe baixa, com baixa escolaridade, jovem, masculina, negra e residente na periferia dos grandes centros urbanos.

Fica tentador estabelecer uma correlação, mesmo que de modo incipiente, entre a redução dos gastos nas áreas sociais, o aumento da pobreza e da desigualdade, observáveis nos governos neoliberais, com o perfil estatístico das vítimas de homicídio trazido pelo trabalho de Ghiringhelli e Cifali (2015), haja vista que o perfil das vítimas enquadra-se nos “marginalizados e excluídos pelo neoliberalismo e pela abstenção e omissão do Estado”, ou seja: pessoas de classe baixa, com baixa escolaridade, jovem, masculina, negra e residente na periferia dos grandes centros urbanos.

Falando sobre o caráter segmentário e excludente do modelo de estado neoliberal, como sendo aquele que apenas inclui no mercado de trabalho aqueles que são detentores de capital financeiro ou intelectual, ou dos dois, e exclui os demais a própria sorte, e corroborando a hipótese levantada, segundo a qual, a adoção do modelo neoliberal, como ocorreu no Brasil, com a redução gradual das políticas sociais corroborou também para o aumento da criminalidade no período pesquisado, a luz dos dados estatísticos (MULLER, 2019). O modelo produtivo em voga gerou imenso contingente miserável não ocupado pelo mercado e como consequência desse processo, gerou indivíduos marginalizados, tanto sociais quanto economicamente. Os dados brasileiros apontam um aumento nas taxas de homicídios nas últimas duas décadas ano a ano, saltando de 24.78 % em 1996 para 30.33% em 2016, demonstrando a incapacidade do poder público de conter essa elevação. E não se trata apenas de crimes contra a vida, mas também de crimes relacionados ao tráfico de drogas, contrabando de armas, roubos a pessoa e ao patrimônio, entre outros, todos com altas taxas de crescimento, conforme o 12º Anuário Brasileiro de Segurança pública do ano de 2018, o que eleva a sensação de insegurança da população brasileira.

O gráfico a seguir ilustra melhor o aumento da criminalidade durante o período, objeto da pesquisa:

Gráfico 01 - Demonstrativo da evolução do número de homicídios e taxa de homicídios (por 100,000 habitantes)- Período 1996-2015.



Fazendo- se um recorte espacial e trazendo a análise para a região metropolitana da grande Vitória (LIRA; LYRA; GUADALUPE, 2014):

[...] De acordo com Lira e Sampaio (2011), a participação relativa da RMGV e dos demais municípios no total de homicídios registrados no estado ao longo das últimas três décadas revela fases distintas. Durante a década de 80, os Demais Municípios evidenciavam uma maior participação percentual nos homicídios. Os municípios que compõem hoje a RMGV passaram a apresentar uma maior representatividade no total de homicídios registrados a partir da década de 90. Nas duas últimas décadas, os homicídios capixabas mostraram-se concentrados na RMGV. Entre 1999 e 2005 os municípios que hoje compõem a RMGV Parte II 307 chegaram a concentrar 75,4% dos homicídios do Espírito Santo. Desde 2005, essa participação relativa vem reduzindo, até alcançar o percentual de 63,7% em 2010. Gráfico 9.9 - Participação relativa dos homicídios, segundo região - Espírito Santo 1979-2010 Fonte: MS; SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013. Esse padrão de concentração dos homicídios deriva, sobretudo, do processo de urbanização do Espírito Santo que se evidenciou centrado e concentrado na atual área da RMGV, que congrega aproximadamente 48% da população estadual. A organização social do território observada hoje nessa região é, em grande parte, reflexo da acumulação histórica dos processos desencadeados a partir da década de 70, cujos quais promoveram significativas alterações nas estruturas sociais, econômicas, demográficas, dentre outras. Diversos fatores estruturais, a saber, inchaço populacional, ineficiência de planejamento urbano e políticas sociais adequadas, degradação urbana, acirramento das desigualdades socioeconômicas e segregação socioespacial se correlacionaram nas décadas posteriores à urbanização da década de 70 e passaram a influenciar o aumento dos índices criminais na RMGV. Para analisar esses índices foram confeccionados dois mapas de concentração criminal, por meio do método de densidade de kernel, que favorecem a identificação dos hotspots ou pontos quentes de crimes. [...]

Deve-se ressaltar, que conforme citaram os autores acima, diversos fatores estruturais foram essenciais para a concentração dos homicídios na região metropolitana da grande Vitória, a saber: inchaço populacional, ineficiência de

planejamento urbano e políticas sociais adequadas, degradação urbana, acirramento das desigualdades socioeconômicas e segregação socioespacial.

Assim, é possível constatar, fazendo-se um recorte espacial da violência na região da grande Vitória, que os (Hot spots), as áreas de maior criminalidade, onde ocorrem os Crimes violentos contra a pessoa (CVPES) , via de regra são os bairros periféricos, onde predominam as parcas condições sociais, notadamente onde a assistência do estado é menor, caracterizada por: má regularização fundiária, péssimas condições sanitárias, baixo nível de instrução dos chefes de família, poucas escolas, alta densidade demográfica, pouca assistência a saúde, dentre outros fatores.

Sobre o assunto, Lira (2011, p.7) em Pesquisa desenvolvida no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo – SESP/ES. no II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 62: Gestão em segurança pública.

[...] Na cidade, a violência criminalizada está arraigada à desigualdade existente entre as classes abastadas e as populações desprivilegiadas. Além da má distribuição de renda e riqueza, recursos urbanos de toda ordem (serviços e equipamentos coletivos) são distribuídos de forma desigual. Não se almeja com isso afirmar que a desigualdade socioeconômica seja a causa da violência. Sem adiantar conclusões, pode-se afirmar que a causalidade da criminalidade violenta nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. [...]

Deste modo, pode-se fazer uma correlação, ainda que existam outros fatores, como de fato existem, porém pode-se fazer uma correlação de causa e efeito entre a falta ou redução de políticas estatais sociais adequadas, o aumento das desigualdades socioeconômicas com o aumento da criminalidade.

4. CONCLUSÃO

Após um minucioso estudo das políticas neoliberais, e de acordo com diversos estudos acadêmicos e dados estatísticos, que foram pesquisados e trazidos nesta dissertação revelarem que os Estados que adotam tal ideário, e especificamente no Brasil, pudemos verificar a adoção forte dessa política neoliberal nos dois governos de coalizão de centro-direita de Fernando Henrique Cardoso(1994-2002), assim, conclui-se que, via de regra estes governos de tendência neoliberal realmente reduziram drasticamente os gastos com políticas públicas sociais, e que isto gera, como de fato gerou, no caso endêmico brasileiro, uma elevação das taxas de desemprego, a redução dos rendimentos do trabalho e a precarização das relações de trabalho, o aumento da informalidade e o aumento nas taxas de pobreza, em suma, vivenciou-se nesta experiência neoliberal, de 1994 a 2002, um aprofundamento dramático da dependência e da vulnerabilidade externa do país, com a ampliação da fragilidade financeira do setor público, a precarização do mercado de trabalho e a manutenção ou deterioração das condições sociais, particularmente verificou-se neste período um aumento nos níveis de pobreza, criminalidade, violência e desigualdade de renda e de riqueza. Porém, conclui-se, que não se pode fazer totalmente esta correlação direta, esta total relação de causa e efeito entre o aumento da pobreza e da desigualdade social e o aumento da criminalidade, pois se assim o fosse, com a diminuição da pobreza e diminuição da desigualdade social, isto levaria, ipso facto a diminuição da criminalidade e não foi o que se observou, pois durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o índice de desigualdade (Gini) permaneceu praticamente o mesmo, em uma média de 0,5994, caindo um pouco a partir do segundo mandato, chegando a 0,553 em 2002. No governo de Lula houve uma queda considerável no índice (Gini) com uma redução considerável nos níveis de desigualdade, chegando a 0,528 ao final de seu primeiro mandato e a 0,509 ao final do segundo, nível que se manteve durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, que sucedeu Lula em 2011, porém os dados estatísticos demonstram que não ocorreu uma diminuição considerável nos índices de criminalidade, pelo contrário, estes níveis até aumentaram.

Assim, conclui-se de que o aumento da criminalidade, está também relacionado a conjuntura sócio-econômica, a fatores sociais, e de que fatores tais como: alta desigualdade social, péssima distribuição de renda, altas taxas de

desemprego, pobreza extrema, falta de escolarização para um trabalho qualificado, ambiente degradado, o apelo midiático e desenfreado para o consumo, tão evidentes nos estados neoliberais, são fatores que realmente impactam no aumento da criminalidade, porém haja vista o caráter multifatorial do crime, e de que a ocorrência do mesmo, ou aumento na sua incidência não está correlacionado apenas a questões socioeconômicas, a correlação de causa e efeito proposta inicialmente restou em parte prejudicada.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. Plauto. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo. RT. Revista dos Tribunais. 1999.

BATISTA, Nogueira Paulo. **O consenso de Washington a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Vade-mécum**. Legislação. São Paulo. Ed. Método ver. e atual. até 10 mar. 2015.

CARVALHO, M. José. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 16. ed. 2013.

DOWBOR, L. I., Octávio; REZENDE E. Paulo. (Organizadores.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes.1997.

GOMES, Laurentino. **1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo. Ed. do Brasil. 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina: O caso do Brasil**. Buenos Aires.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se20100723022522/filgueiras.PDF>.2003.

GHIRINGHELLI A. Rodrigo, CIFALI, C. Ana. **Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal**. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 105-127, jan. Mar. 2015.

HADDAD, Gustavo. **Rock, Contracultura e a Reinvenção da América**. Vitória-ES. Lei Rubem Braga. 2007.

MULLER, Leandro, **Políticas de segurança Pública no Brasil, uma análise sob a ótica de um Estado capitalista neoliberal**. Cuiabá-MT. Revista Direitos, trabalho e política social , V. 5, n. 9, p. 240-261, JUL./DEZ. 2019.

MENDES, T. Kíssila **As políticas criminais e o neoliberalismo no Brasil: Debates atuais**. Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1 , p.52-64, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em <www.habitus.ifcs.ufrj.br>.

PORTELA, F. Petrônio **O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington**. 1992.

LIRA, P. S. Vioência Urbana: uma análise no município de Vitória-ES. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES. V. 1, n. 1. Vitória, 2011. Disponível em:< <http://www.publicacoes.ufes.br/SNPGCS/article/view/1591>>.

LIRA, P. S. **Instâncias urbanas e violência uma análise dialética**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. 2009.

LIRA, Pablo, LYRA P. Ana, GUADALUPE, C. Thiago. **Organização social do território e criminalidade violenta Análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. / 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 394 p. : il. ;2014.

GHIRINGHELLI A. Rodrigo de Azevedo, CIFALI Ana Cláudia **Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal** (2015).

SANTOS Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. São Paulo. Ed. Record. 20. ed. 2011.

SARDENBERG, C. Alberto. **Neoliberal. Não: Liberal: para entender O Brasil de hoje e de amanhã**. São Paulo. Ed. Globo. 2008.

SABADINE, S Mauricio, NAKATAN Paulo **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, 2002, Vol. VIII, No. 2 (jul-dic), pp. 265-290.

SMITH Adam. **Inquire into the Nature and causes of the wealth of Nations**. Londres. Ed. Methue O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington n and Co. 1930. 1776. v. 1.

VIANA, Nildo. **Breve história do Neoliberalismo**. Revista Enfrentamento no 05, jul./dez 2008.

WACQUANT, Loïc. J.D. **As duas faces do gueto**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo. Ed. Boitempo. 2008.

WACQUANT, Loïc. **Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica**. Trad. Sérgio Lamarão. Publicação original "Marginality, ethnicity and penalty in the neoliberal city: an analytic cartography", *Ethnic & Racial Studies*, 37(10):1687-17112014.